



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARTA RAQUEL DO NASCIMENTO OLIVEIRA

**Educação Alimentar e Alimentação Escolar: um diálogo entre as Políticas
Públicas e as Práticas Educativas de uma Escola Municipal do Recife**

**RECIFE
2019**

MARTA RAQUEL DO NASCIMENTO OLIVEIRA

**Educação Alimentar e Alimentação Escolar: um diálogo entre as Políticas
Públicas e as Práticas Educativas de uma Escola Municipal do Recife**

Monografia (versão preliminar) apresentada ao Curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para a obtenção de título de licenciado(a) em Pedagogia, orientada pela Prof.^a Dr.^a Andrea Alice da Cunha Faria.

RECIFE

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M375e Oliveira, Marta Raquel do Nascimento
Educação Alimentar e Alimentação Escolar: um diálogo entre as Políticas Públicas e as Práticas Educativas de uma Escola Municipal do Recife / Marta Raquel do Nascimento Oliveira. - 2019.
45 f. : il.
- Orientador: Andrea Alice da Cunha Faria.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em Pedagogia, Recife, 2019.
1. Educação Alimentar e Nutricional. 2. Prática Pedagógica. 3. Pesquisação. I. Faria, Andrea Alice da Cunha, orient. II. Título

FOLHA DE APROVAÇÃO**MARTA RAQUEL DO NASCIMENTO OLIVEIRA****Educação Alimentar e Alimentação Escolar: um diálogo entre as
Políticas Públicas e as Práticas Educativas de uma Escola
Municipal do Recife**

Data da Defesa: 18 de dezembro de 2019

Horário: 9h horas

Local: Bloco B Educação - UFRPE

Banca Examinadora:

Profª Dra. Andrea Alice Cunha Faria

Profª Orientadora

Profª Dra. Gilvaneide Ferreira de Oliveira

Profª Examinadora Interna

Profº Dr. Paulo Afonso Barbosa de Brito

Profº Examinador Externo

Resultado:

 (x) Aprovado/a () Reprovado/a

FICHA CATALOGRÁFICA



RESUMO

A presente monografia teve como objetivo investigar as práticas alimentares e educativas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Sociólogo Gilberto Freyre, Recife, a fim de contribuir com a articulação de ações de Educação Alimentar e Nutricional à rotina escolar. A merenda é uma das ações de EAN nas escolas e deve estar articulada ao ensino em sala de aula, considerando a relevância da alimentação saudável para o aprendizado. Desta forma, para atender ao objetivo da pesquisa, foi realizada uma Pesquisa-ação, já que essa possibilita a participação dos sujeitos da pesquisa na problemática identificada, a fim de elaborar estratégias de EAN na escola. Para isso, foram identificadas o percurso da merenda e elaboração do cardápio, os hábitos alimentares no intervalo para a merenda, as práticas de Educação Alimentar no currículo da sala de aula, e analisados os marcos legais que justificam e subsidiam as ações de Educação Alimentar e Nutricional nas instituições de ensino e o currículo da Rede Municipal. Foram feitas duas entrevistas semiestruturadas com a merendeira e a coordenadora da escola. O conteúdo coletado durante as observações, análises do currículo e marcos legais de EAN, resultaram na elaboração de uma restituição, feita a uma parte dos sujeitos da pesquisa, e elaboradas ações de EAN na escola. Foram sete ações propostas, dentre essas foi proposta elaboração de um material educativo para ser distribuído na escola.

Palavras-Chave: Educação Alimentar e Nutricional. Prática Pedagógica. Pesquisa-ação.

ABSTRACT

This monograph aims to investigate the eating practices and educational practices of the Early Years of Elementary School of a School of the Recife Municipal Network, in order to contribute to the articulation of actions of Food and Nutrition Education to school practices. School lunches are one of the actions of EAN in schools and should be linked to classroom teaching, considering the relevance of healthy eating to learning. Thus, to meet the objective of the research, an Action Research was performed, since it enables the participation of the research subjects to the identified problem, in order to elaborate strategies of EAN to school practices. For this, the students' eating habits were identified during the lunch and break interval; the course of menu elaboration, production and distribution of the meals until the school; Food Education practices were identified in the classroom curriculum, and analysis of the legal frameworks that justify and subsidize the actions of Food and Nutrition Education in educational institutions, and the curriculum of the Municipal Network. Two semi-structured interviews were conducted with the lunch girl and the school coordinator. The content collected during the observations, curriculum analysis and legal frameworks of EAN, resulted in the elaboration of a material and, this, returned to the research subjects (teachers, school coordination, and other professionals), who analyzed and formulated EAN actions to school practice subsequently evaluated and presented new strategies.

Key-words: Food and Nutrition Education. Pedagogical practice. Action research

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 . Ciências Naturais nos anos iniciais de acordo com a RMER - 1º ano...p.20

Quadro 2. Ciências Naturais nos anos iniciais de acordo com a RMER.....p. 21

Quadro 3.Ciências nos anos iniciais. Unidade temática:Vida e Evolução. BNCC...p.22

Quadro 4. Propostas de Educação Alimentar e Nutricional para a Escola.....p.31

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Folheto educativo. Ação de EAN na Escola.....p. 31

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CGAN - Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

EJAI - Educação de Jovens, Adultos e Idosos

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

MEC- Ministério da Educação

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

PAAS - Promoção da Alimentação Adequada e Saudável

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PNATE - Programas do Livro, Proinfância, Transporte Escolar

PPP - Projeto Político Pedagógico

PSE - Programa Saúde na Escola

RMER - Rede Municipal de Ensino do Recife

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

LISTA DE QUADROS**LISTA DE FIGURAS****LISTA DE SIGLAS****SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO	p. 10
CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ESCOLA	p.14
1. Educação Alimentar e Nutricional: breve histórico da formulação do conceito e das políticas no Brasil	p.14
2. Educação Alimentar e Nutricional: dos programas aos materiais que orientam e subsidiam a EAN à prática escolar	p. 18
3. Ensino Fundamental de acordo com a BNCC.....	p. 23
CAPÍTULO II: A ESCOLA E AS PRÁTICAS ALIMENTARES	p. 27
1.Histórico da Escola	p. 25
2. Metodologia	p.28
CAPÍTULO III: O COMER COMO EXTENSÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	p.33
1.Propostas de EAN para a Escola	p.33
2.Avaliação do percurso da pesquisa	p.34
2.1 Contribuição dos docentes ao percurso da pesquisa	p.36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.39
REFERÊNCIAS	p. 40
APÊNDICES	p.44
ANEXOS	p. 69

INTRODUÇÃO

De acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE, o aprendizado e o bom rendimento escolar estão vinculados a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional e da oferta da merenda escolar, contribuindo, dessa forma, para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes no período letivo. (BRASIL, 2015, p.10). Nesse sentido, a escola é o ambiente favorável para o ensino da alimentação adequada .

Para o PNAE, o ensino da Educação Alimentar e Nutricional, um dos princípios do Programa, deve subsidiar as práticas alimentares para o desenvolvimento integral da criança em fase escolar. O objetivo é motivar e difundir ações de EAN junto às escolas, promovendo o debate sobre temas de alimentação e incentivar a autonomia dos estudantes na escolha de alimentos saudáveis.

Ou seja, a merenda escolar cumpre uma parte importante na execução da EAN mas não cumpre, por si só, na sua totalidade. É preciso ir além da merenda. A problemática da alimentação deve ser provocada em sala de aula; deve estar incorporada às práticas escolares, como afirma Cavalcanti (2009, p.20):

A escola se destaca como espaço privilegiado, uma vez que o indivíduo a frequenta por longo período de sua vida. É nesse ambiente que ocorrem experiências favoráveis construção de valores, hábitos e atitudes com intuito intrinsecamente pedagógico, porém, tendo em vista também o desenvolvimento e a aprendizagem para formação social do cidadão.

Na perspectiva de trazer essa discussão para as salas de aula, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), lançou em 2015 conteúdos revisionados nos livros didáticos em diálogo com a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, juntamente, com a substituição do Hino Nacional, na terceira capa, por dicas de alimentação saudável adequada. Essa nova configuração, possibilita a reflexão da alimentação adequada não apenas na sala de aula, mas também nas casas dos estudantes, considerando que o Livro Didático é um dos recursos de

conhecimento e informação nos lares.

De acordo com dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional do Ministério da Saúde (SISVAN), o quadro nutricional da população brasileira está em alerta. Atualmente, mais da metade da população está com excesso de peso. Desses, 34% das crianças de 5 a 10 anos estão com sobrepeso e 14,3% com obesidade (BRASIL,2018). Para deter o crescimento desses índices de obesidade da população, o Brasil assumiu o compromisso da Década da Nutrição apresentando à Organização Mundial da Saúde estratégias de ações, como a ampliação do orçamento para ações de nutrição, aumento das academias da saúde, desburocratização do Saúde na Escola e lançamento do Programa Crescer Saudável, esse último, com o objetivo de reduzir e controlar a obesidade infantil, ampliando o Programa Saúde na Escola.

Seguindo as recomendações da OMS, “atualizar periodicamente as recomendações sobre alimentação adequada e saudável, a partir de 2011, o Ministério da Saúde desencadeou o processo de elaboração de uma nova edição do Guia Alimentar para a População Brasileira”. (BRASIL, 2014.)

O Guia é um instrumento de apoio às ações de educação alimentar e nutricional no SUS e também em outros setores, que considera os múltiplos determinantes das práticas alimentares e a complexidade e os desafios que envolvem a conformação dos sistemas alimentares atuais. (BRASIL,2014,p.6)

O Guia Alimentar para a População Brasileira se constitui como instrumento para apoiar e incentivar práticas alimentares saudáveis no âmbito individual e coletivo, bem como para subsidiar políticas, programas e ações que visem a incentivar, apoiar, proteger e promover a saúde e a segurança alimentar e nutricional da população. (BRASIL,2014, p.9)

A merenda escolar é resultado de pesquisas e levantamentos epidemiológicos do quadro nutricional da população brasileira e visa garantir a todo cidadão matriculado na rede pública de ensino, uma alimentação balanceada, garantindo melhores condições nutricionais e de aprendizado.

Para isso, o corpo docente deve estar disposto a elaborar um conjunto de ações de EAN que, em cumprimento com a realidade de seus escolares, sejam capazes de promover uma formação preocupada com o aprendizado o bem estar e a qualidade de vida de seus educandos.

Considerando o cenário da obesidade no país, tendo em vista que na escola observada há um alto consumo de alimentos industrializados, o ambiente escolar é um local propício para aprender boas práticas alimentares, sejam com a realização de atividades lúdico-pedagógicas, sendo estas atividades pontuais em sala de aula, ou mediante projetos interdisciplinares. A escola apresenta todos os recursos institucionais para possibilitar aos seus escolares à mudança de práticas alimentares.

Nessas circunstâncias, surge a problemática da pesquisa:

Diante do cenário de distanciamento entre as práticas alimentares e educativas na escola e as políticas de EAN, como contribuir na articulação da EAN às práticas da escola pesquisada?

A alimentação escolar é um direito constitucional, garantido no Art. 208 da Constituição Federal (BRASIL,1988), e o ato de comer na escola revela as experiências e os processos que influenciam na construção de hábitos alimentares presentes dentro e fora da escola.

Porém, para que os alunos compreendam a alimentação como direito e as implicações que essa traz ao organismo e, por consequência, à aprendizagem, é necessário que sejam articuladas ao ensino estratégias pedagógicas, para o desenvolvimento de bons hábitos alimentares, ou seja, é preciso fornecer elementos que provoquem os sujeitos escolares à ação; a tomada de decisões.

Nesse sentido, o tema da pesquisa é **Educação Alimentar e Alimentação Escolar: um diálogo entre as Políticas Públicas e as Práticas Educativas de uma Escola da Rede Municipal do Recife.**

O **objetivo geral** desta pesquisa, foi de **investigar as práticas alimentares e as práticas educativas a fim de contribuir com a articulação de ações de EAN às práticas escolares dos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Municipal Sociólogo Gilberto Freyre.** Como objetivos específicos, foram definidos a identificação de práticas alimentares dos estudantes no intervalo para merenda e o recreio; identificar o percurso da merenda até a escola; a identificação de práticas de Educação Alimentar presentes no currículo da sala de aula, e a articulação de ações de EAN que contribuam com a alimentação escolar adequada prevista em lei.

O interesse de realizar essa pesquisa, ocorreu na fase exploratória, durante o período de visitas à escola. Chamou a atenção a quantidade de alimentos industrializados consumidos no intervalo para o recreio, a ausência de informações de educação alimentar nos quadros informativos da escola, constatando, mesmo que sutilmente, o distanciamento entre a prática escolar e a proposta de EAN. A partir daí, a fim de contribuir com práticas de EAN às práticas educativas, surge o interesse em aprofundar, como pesquisa, a questão alimentar na escola. Para isso, foi escolhida uma Pesquisa Ação, uma vez que, essa possibilita aos sujeitos envolvidos utilizar as informações levantadas e orientar ações e tomadas de decisões. (THIOLLENT, 1986.)

O trabalho está estruturado em três capítulos e conclusão. O primeiro, de título **Educação Alimentar e Nutricional na Escola**, historiciza o surgimento do conceito de EAN e decorre por outras políticas e programas que atuam na interseção entre educação e nutrição alimentar na perspectiva escolar. Ainda nesse capítulo, além das diretrizes de ação do PNAE, destacam-se as propostas de ensino da BNCC e do Currículo da Rede Municipal dialogando com estes, o conceito da Educação Alimentar e Nutricional. **A Escola e as Práticas Alimentares**, é o título do segundo capítulo da pesquisa. Neste capítulo, é apresentada a instituição pesquisada; história, estrutura e profissionais; é descrita a pesquisa, a metodologia e o percurso para que se desencadeassem os resultados. Por fim, no terceiro capítulo, **O comer como extensão da proposta pedagógica**, de discussão das propostas de ações elaboradas pelo corpo docente da escola, e a visão desses sujeitos sobre a ação devolutiva. A conclusão, apresenta as considerações desse processo investigativo e das ações elaboradas.

CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ESCOLA

Este capítulo apresenta um breve histórico do surgimento do conceito de EAN, e ao longo do texto são elencados os programas e políticas que orientam a prática da EAN na escola. Ao final, são pontuados os conteúdos presentes na BNCC e no Currículo da Rede Municipal de Recife dialogam com o conceito de EAN.

1. Educação Alimentar e Nutricional: breve histórico da formulação do conceito e das políticas no Brasil

O PNAE é um programa do Ministério da Educação (MEC) que oferece alimentação escolar e ações de EAN a estudantes de todas as etapas da educação básica da rede pública e, tendo em vista a formulação da tríade Educação, Alimentação e Nutrição, com as primeiras discussões e propostas de ação, são apresentados a seguir os diferentes momentos históricos entre os séculos XX e XXI: do período do mito da ignorância de 1940 a 1960, do acesso a informação de 1970 a 1980, ao período de acesso a informação dos anos 90 aos dias de hoje.

As décadas de 30 e 40 ficaram marcadas pela tese da ignorância alimentar. Neste período, a ignorância era considerada o fator determinante da fome e da desnutrição da população. Segundo a tese, a sociedade brasileira não tinha conhecimentos suficientes para saber se alimentar adequadamente e, por isso, apresentava um quadro de carências nutricionais e altos índices de desnutrição. Os estudos foram aprofundados com levantamentos epidemiológicos que, a fim de superar a ignorância alimentar da população, constatou que a ignorância alimentar atingia toda população, mas que se agravava com a população pobre devido às precárias condições socioeconômicas.

Identificado o problema, caracterizado pelo inadequado regime alimentar e

agravado com as precárias condições de higiene e saúde, os autores dos levantamentos epidemiológicos (Alexandre Moscoso, Dante Costa, Josué Castro e outros), propuseram o desenvolvimento de cruzadas de educação alimentar com a finalidade de educar a população brasileira com hábitos corretos, para constituir um povo forte, sadio e trabalhador. (BEZERRA,2018, p, 61).

Nesse contexto, com a intenção de “educar” o povo com hábitos alimentares “corretos”,foi criado em 1940 o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), a fim de implantar políticas para superar os problemas alimentares.

O SAPS, foi uma política pioneira de alimentação e nutrição de abrangência nacional e funcionou até 1967 desenvolvendo ações em função de quatro especificidades: a assistência alimentar, a educação alimentar, a pesquisa científica no campo da nutrição e a formação de técnicos em alimentação. (BEZERRA, 2018, p.6)

Com a criação do SAPS, as práticas educativas se tornaram um dos pilares das políticas de alimentação e nutrição no período, e essas, centradas na mudança do comportamento alimentar.

Quatro anos após a criação do SAPS, em 1944, é criada a Escola de Visitação Alimentar - EVA , no estado do Ceará. Em continuidade ao SAPS, formava mulheres para orientar comunidades do interior do país, principalmente nas regiões do Norte e Nordeste, devido os altos índices de desnutrição e fome, para, além de elaborarem os cardápios, ministrarem palestras a fim de desenvolver hábitos alimentares saudáveis . A Escola funcionou durante vinte e dois anos, e atualmente o espaço sedia o Colégio Militar dos Bombeiros no estado de Ceará. Ou seja, é o encerramento de um período de estratégias pontuais de ações, para reversão de um quadro nutricional ruim, com políticas de abrangência nacional.

Neste sentido, em 1954, Josué de Castro, então presidente da Comissão Nacional de Alimentação(CNA), cria a primeira versão de uma política de alimentação escolar: o Programa Nacional de Merenda Escolar. Era o início do PNAE. A princípio, como uma política assistencialista, que tinha por objetivo reduzir a carência nutricional dos alunos no Brasil, ofertando a merenda. Ou seja, o Programa garantia a merenda escolar mas ainda não tinha formulado uma estrutura

educativa para os bons hábitos alimentares, que acontece mais adiante com o lançamento da Cartilha da Merenda Escolar, publicada pelo Ministério da Educação para levar ao público as informações e orientações sobre a política de EAN, considerando um marco significativo na história da Educação Alimentar e Nutricional do país.

É no final da década de 60 que é iniciada a perspectiva do ensino associado a alimentação nutricional, marcada com a criação da Campanha Nacional da Merenda Escolar (CNME), pelo decreto de nº 39.007/1956.

A partir da década de 70, a renda da população é vista como principal obstáculo para uma alimentação adequada e medidas são tomadas, como a suplementação alimentar. Esse período foi marcado pela ênfase dada à criação de políticas que dialogassem com os sujeitos da aprendizagem. O objetivo da EAN foi superar as causas básicas da problemática nutricional, como o acesso a alimentação. A fim de atender esse objetivo, em 1970, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) que estabelece o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN), para reduzir a pobreza absoluta. Esta ação não teve êxito devido a falta de recursos e, em 1976, no II PRONAN é encaminhado o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE. A proposta era de melhorar o estado nutricional e a capacidade de aprendizagem do aluno, reduzindo a evasão, a repetência, o absenteísmo escolar e o aprimoramento de hábitos alimentares saudáveis.

A partir da década de 90, o objetivo da EAN era subsidiar a população com informações sobre alimentos e tipos de alimentação que acarretam em problemas nutricionais auxiliando na tomada de decisões, na perspectiva da alimentação adequada. No ano de 2000, a alimentação escolar se universaliza contemplando todos os alunos da educação básica e, a partir de 2003, ocorre um aumento substantivo de ações de EAN com a requalificação e fortalecimento do PNAE, elaborando planos de ação, que partia desde a distribuição de materiais didáticos a aprovação da Lei nº 11.947/2009, que estabelece

a inclusão da educação alimentar e nutricional ao processo de ensino aprendizagem, que perpassa o currículo escolar, abordando o tema

alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. (BRASIL,2009,p.2).

Neste sentido, em 1999, na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), foi aprovada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) com o objetivo de respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos. Em 2011 foi atualizada para melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira. Atualmente, organizada em diretrizes, a PNAN tem por alvo principal a

atenção nutricional no Sistema Único de Saúde com foco na vigilância, promoção, prevenção e cuidado integral de agravos relacionados à alimentação e nutrição; atividades, essas, integradas às demais ações de saúde nas redes de atenção, tendo a Atenção Básica como ordenadora das ações.(BRASIL,2011, p.9)

A PNAN estimula as ações intersetoriais, com vistas ao acesso universal aos alimentos; garante segurança e qualidade dos alimentos e presta conta dos serviços nesse contexto; monitora a situação alimentar e nutricional, através do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), de forma contínua, compreendendo e descrevendo tendências das condições de alimentação e nutrição da população; promove práticas alimentares e estilos de vida saudáveis, citando o direito humano à alimentação em todo material educativo,priorizando a alimentação variada desde os primeiros anos de vida até a velhice; previne e controla os distúrbios nutricionais e doenças associadas à alimentação e nutrição desenvolvendo medidas como, por exemplo, a implementação de ferro as farinhas de trigo e de milho, consumidos em larga escala, no país, e de baixo custo. Fomenta a linha de investigação com a finalidade de indicar medidas mais apropriadas ao controle de problemas ligados à nutrição e a alimentação , estimulando a articulação do setor saúde a demais setores com ações de alimentação e nutrição. (BRASIL, 2011)

Mesmo a EAN estando em diálogo com o processo de aprendizagem, provida de recursos materiais acessíveis, a escola ainda permanece distante do assunto e dos preceitos que estabelece a inclusão da educação alimentar e

nutricional ao currículo escolar.(BEZERRA, 2012, p.157). O desafio da escola é articular o conceito de EAN às suas práticas; incluir ao cotidiano escolar e estimular boas práticas saudáveis a vida dos escolares. Para isso, a escola tem o dever de sensibilizar toda a comunidade e elaborar ações que possibilitem a inserção de práticas de EAN às práticas educativas e, que essas tenham continuidade, sobretudo, visem o desenvolvimento de bons hábitos alimentares dos escolares.

2. Educação Alimentar e Nutricional: dos programas aos materiais que orientam e subsidiam a EAN à prática escolar.

Promover saúde no ambiente escolar, parte da perspectiva integral que as políticas dão ao ensino sobre ser humano, considerando os contextos sociais, familiares e comunitários, como afirma Cavalcanti (2009). Desta forma, a Educação Alimentar e Nutricional deve ser fundamentada em uma metodologia pedagógica problematizadora, que cultive a cidadania a fim de contribuir para a formação de hábitos adequados, uma vez que “o comportamento na vida adulta depende do aprendizado na infância”. (CAVALCANTE, 2009, p.19)

Neste sentido, respectivamente, são esses os programas, portarias e cadernos que orientam e subsidiam a prática da EAN na escola: o PNAE, a Portaria Interministerial 1.010/2006, o Programa Saúde na Escola (PSE), o Marco de Referência de EAN, a Lei 13.666/2018, o Caderno de EAN, Articulação de Saberes e o Caderno de Atividades Promoção da Alimentação Saudável e Adequada para o Ensino Fundamental I. Esses dois últimos, nessa ordem, podem ser utilizados na escola como recursos de caráter formativo aos pais e familiares e como material de apoio para planejamento das aulas e demais intervenções na escola.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é o primeiro e mais antigo conteúdo do governo brasileiro que se volta para a questão alimentar no espaço escolar. Tem a competência de “promover ao processo de ensino e aprendizagem o tema alimentação, nutrição e o desenvolvimento de práticas

saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional” (2014. p.10).O Programa aborda as diretrizes: Alimentação saudável e adequada; Universalização; Participação social ; Desenvolvimento sustentável e o Direito à alimentação escolar.

O PNAE é acompanhado e monitorado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), que avalia sua efetividade e eficácia.É importante citar que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação é a autarquia federal responsável pela execução das políticas educacionais do Ministério da Educação. Foi criado em 1969, pela Lei nº 5.537, com a missão de transferir os recursos financeiros e prestar assistência aos estados, municípios e ao Distrito Federal, a fim de garantir a universalização da qualidade da educação pública. Dos programas e ações da Educação Básica, o FNDE executa: Alimentação Escolar, Caminho da Escola, Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programas do Livro, Proinfância, Transporte Escolar (PNATE), e outros. (BRASIL, 2015).

O emprego do alimento como ferramenta pedagógica à esfera escolar, foi consentida ao EAN em 2006, com a Portaria Interministerial nº 1.010, que institui as diretrizes para a promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil,fundamental e nível médio das redes públicas e privadas no âmbito nacional.

O quinto artigo,desta portaria, afirma que, para alcançar uma alimentação saudável no ambiente escolar, algumas ações devem ser tomadas, das quais destacam se:

I - definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis;

II - sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis;

III - desenvolver estratégias de informação às famílias, enfatizando sua co-responsabilidade e a importância de sua participação neste processo;

[...]

X - incorporar o tema alimentação saudável no projeto político pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares.(BRASIL, 2006)

Ou seja, de acordo com a Portaria, a alimentação no ambiente escolar deve ter função pedagógica, e inserida no contexto e currículos escolares, incorporada aos projetos pedagógicos, perpassando todas as áreas de estudo e proporcionando experiências ao cotidiano das atividades escolares.

Já o Programa Saúde na Escola (PSE), de alcance nacional, instituído em 2007 pelo Decreto 6.286, tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública. É resultado do diálogo entre os Ministérios da Saúde e da Educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica, com ações intersetoriais de prevenção, promoção e atenção à saúde, incluindo a educação em alimentação, nutrição e saúde nos projetos pedagógicos das escolas. O PSE foi formulado a fim de, possibilitar a articulação entre as ações do Posto de Saúde da família, próximo a instituições de ensino, às atividades e projetos escolares.

Diante desse cenário de medidas para o ensino da EAN, em 2012 foi elaborado o Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas, a fim de unificar as ações de EAN, considerando as diferentes práticas de atuação (Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional). O Marco da EAN foi resultado de encontros sobre Educação Alimentar e Nutricional, promovidas pela Coordenação Geral de EAN (CGEAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Neste sentido, o Marco de Referência pretende apoiar os diferentes setores do governo em suas ações de EAN para alcançar o máximo de resultados possíveis, integrando estratégias mais amplas para o desenvolvimento a fim de melhorar a qualidade de vida da população. (BRASIL, 2012, p.6)

O documento normativo foi constituído em três pressupostos. O primeiro entende a EAN como estratégia fundamental na prevenção e controle dos problemas alimentares nutricionais da contemporaneidade. O segundo se refere ao paradoxo do espaço de ação, que pode ser em todos os lugares e, ao mesmo tempo, em lugar nenhum; e, o terceiro, compreende o alimento na sua dimensão cultural, considerando que, as escolhas alimentares são influenciadas por

determinantes de ordem individual e coletiva. (BEZERRA, 2018).

Esses pressupostos indicam que EAN deve ser pensada e executada em conjunto com estratégias que articule, tanto os determinantes estruturais como os individuais, subjetivos. (BEZERRA, 2018, p. 16)

A Lei nº 13.666 aprovada em 2018, alterando a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), torna obrigatória a inclusão do tema transversal da educação alimentar e nutricional ao currículo escolar do ensino básico. Embora, não seja uma disciplina específica, o tema deve ser debatido em todas as aulas e aprofundado nas disciplinas de ciências e biologia (do ensino fundamental ao ensino médio) das escolas de rede pública e privada¹.

Por fim, dos materiais que subsidiam ações de EAN na escola, o Ministério da Educação e Ministério da Saúde elaboraram em 2018 dois cadernos. O primeiro, intitulado de Educação Alimentar e Nutricional, Articulação de Saberes, e o segundo intitulado de Caderno de Atividades, Promoção da Alimentação Saudável e Adequada para o Ensino Fundamental I. O primeiro caderno promove a articulação entre a Nutrição e a Educação, saberes essenciais ao processo de execução do PNAE, e propõe contribuir para que os profissionais da saúde sejam inseridos ao universo da educação bem como os profissionais da educação compreendam as razões das escolhas técnicas dos nutricionistas, para compor os cardápios escolares, em respeito às necessidades nutricionais e particularidades culturais dos estudantes.(BEZERRA, 2018, p 9). Segundo o Ministério da Educação, o caderno é mais um instrumento para o trabalho conjunto de construção de atividades de EAN, contribuindo para que o PNAE funcione em toda sua potencialidade.

Caderno de Atividades, Promoção da alimentação Saudável e Adequada, para o Ensino Fundamental I, do Ministério da Saúde, é parte de uma coleção que

visa contribuir para o fortalecimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) que articulem Saúde e Educação, integrando a família e a comunidade na construção do aprendizado coletivo”(BRASIL, 2018, p. 7)

¹ Disponível em:> <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 jun.2019

É um material didático destinado aos professores e profissionais da saúde, e tem o objetivo de subsidiar a discussão sobre alimentação adequada e saudável no ambiente escolar. De acordo com o material, os professores e profissionais da saúde são educadores formadores de opinião e têm papel fundamental nas ações de PAAS (Promoção da Alimentação Adequada e Saudável). Este caderno afirma que os atores desse processo têm o potencial de despertar o interesse, a participação dos escolares e de toda a comunidade promovendo a construção coletiva do conhecimento. (BRASIL,2018)

Esta coleção é dividida por campos de ação, que enfatiza conteúdos resumidos e sugestões de atividades, leituras e materiais para cada segmento escolar (Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II). Ou seja, são três cadernos que se complementam e devem integrar o tema alimentação e nutrição de forma transversal no currículo escolar para propiciar discussões sobre saúde de modo mais ampliado, com desenvolvimento de consciência crítica e responsabilidade social.(BRASIL,2018)

3. Ensino Fundamental de acordo com a BNCC

A Base Nacional Comum Curricular é o documento de referência nacional para formulação dos projetos pedagógicos das escolas públicas e privadas. Na escola pesquisada, assim como, nas demais da rede municipal de ensino, a BNCC está articulada ao Diário On-line, que é a ferramenta utilizada na elaboração do planejamento das aulas da Rede Municipal de Ensino do Recife (RMER).

No Ensino Fundamental da Rede, as Competências Gerais de Aprendizagem da BNCC estão presentes nas unidades temáticas e nas habilidades, podendo ser trabalhadas dentro de cada área de ensino e de seus componentes curriculares específicos. As áreas de ensino são cinco: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino religioso. Cada área é determinada por competências específicas de acordo com os objetivos de aprendizagem e do

desenvolvimento, e essas são separadas por dois blocos: 1º e 2º ano e 3º a 5º ano.

De todos os componentes curriculares(ou áreas de ensino) da Rede Municipal de Ensino do Recife, Ciências da Natureza é o único componente que apresenta explicitamente nos eixos Vida, Ambiente e Diversidade (apenas no 1º ano), e Ser Humano e Saúde (2º ao 5º ano) a possibilidade de abordar a EAN ao ensino na sala de aula, como mostra o quadro abaixo.

CIÊNCIAS NATURAIS NOS ANOS INICIAIS DE ACORDO COM RMRE - 1º ANO						
ANO	EIXO	DIREITO DE APRENDIZAGEM	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	BIMESTRE.	HABILIDADES DA BNCC
1º	Vida, Ambiente e Diversidade.	Compreender as relações que os homens estabelecem com os demais elementos da natureza; [...] atitudes de preservação do meio ambiente e respeito à biodiversidade.	Reconhecer o consumismo como atitude prejudicial à natureza. [...]	Consumo consciente.	3º e 4º	(EF01CI01) Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem, os modos como são descartados e como podem ser usados de forma mais consciente.

Quadro 1 - elaborado pela pesquisadora. Fonte: Currículo RMER

De acordo com o Eixo destacado, é possível trazer uma discussão sobre Educação Alimentar, no primeiro ano, na perspectiva do consumo e da relação com o meio ambiente. Só a partir do segundo ano, como mostra o quadro a seguir, o eixo Ser Humano e Saúde, aborda a alimentação e os hábitos alimentares.

CIÊNCIAS NATURAIS NOS ANOS INICIAIS DE ACORDO COM A RMER				
ANO:	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
EIXO:	SER HUMANO E SAÚDE			
DIREITOS DE APRENDIZAGEM	Valorizar a vida e a sua qualidade; atitudes responsáveis com relação à saúde; aos hábitos de	Valorizar a vida e a sua qualidade; atitudes responsáveis com relação à saúde; aos hábitos de	Valorizar a vida e a sua qualidade; atitudes responsáveis com relação à saúde; aos hábitos de	Valorizar a vida e a sua qualidade; atitudes responsáveis com relação à saúde; aos hábitos de

	alimentação.[...]	alimentação.[...]	alimentação.[...]	alimentação.[...]
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	Conhecer o próprio corpo nas diversas dimensões biopsicossocial.[...]	Reconhecer que os homens e as mulheres são diferentes em aspectos físicos e biológicos, mas são iguais em direitos e deveres.	Identificar vetores de transmissão de doenças (contato interpessoal, picada de insetos, água, ar, alimentos ou objetos contaminados) e formas de prevenção.	Identificar a origem dos alimentos. Reconhecer os alimentos como fonte de energia para o corpo humano. Relacionar hábitos alimentares adequados à preservação da saúde.
CONTEÚDOS / SABERES	Conhecer o próprio corpo nas diversas dimensões biopsicossocial.	Vida humana A saúde do corpo.	Contágio e prevenção de doenças.	Hábitos saudáveis: alimentação balanceada, higiene corporal e atividade física.
BIMESTRE(S)	1º e 2º	1º	4º	4º
HABILIDADE BNCC	(EF02CI02) Propor o uso de diferentes materiais para a construção de objetos de uso cotidiano. (EF02CI04) Descrever características de plantas e animais.[...]	não tem	EF04CI08) Propor, a partir do conhecimento das formas de transmissão de alguns microrganismos (vírus, bactérias e protozoários), atitudes e medidas adequadas para prevenção de doenças a eles associadas.	(EF05CI08) Organizar um cardápio equilibrado com base nas características dos grupos alimentares (nutrientes e calorias) e nas necessidades individuais (atividades realizadas, idade, sexo etc.) para a manutenção da saúde do organismo. (EF05CI09) Discutir a ocorrência de distúrbios nutricionais (como obesidade, subnutrição etc.) entre crianças e jovens a partir da análise de seus hábitos (tipos e quantidade de alimento ingerido, prática de atividade física etc.).

Quadro 2 elaborado pela pesquisadora. Fonte: RMER

Analisando o quadro acima, percebe-se que o direito de aprendizagem se mantém no decorrer dos anos. Afirmando uma graduação nos objetivos que partem do conhecer, reconhecer, identificar e relacionar, respectivamente. O corpo, o grupo social e seus direitos, bem como os vetores de transmissão de doenças, a origem dos alimentos e a relação de hábitos adequados à preservação da saúde, portanto, em diálogo com a Educação Alimentar e Nutricional.

Na BNCC, no que cabe ao ensino das Ciências Naturais, as unidades temáticas se referem aos conteúdos, e equivalem tanto para os anos iniciais quanto para os finais do Ensino Fundamental. São essas: Materiais e energia, Vida e Evolução, Terra e Universo, que devem estar articuladas uma às outras a fim de

estimular o desenvolvimento de habilidades, pois

[...] em especial nos dois primeiros anos da escolaridade básica, em que se investe prioritariamente no processo de alfabetização das crianças, as habilidades de Ciências buscam propiciar um contexto adequado para a ampliação dos contextos de letramento. (BNCC, 2018, p.329)

Nesta direção, das unidades temáticas, *vida e evolução*, se destacam por ter como objetos de conhecimento *o corpo humano e o respeito à diversidade*. Quanto às habilidades, essas devem ser estimuladas e vistas como possibilidades de ensino-aprendizagem e não como modelo obrigatório para organização dos currículos escolares.

O quadro a seguir faz síntese das habilidades expectas de cada objeto de conhecimento, da unidade temática Vida e Evolução, para os anos iniciais.

CIÊNCIAS NOS ANOS INICIAIS UNIDADE TEMÁTICA: VIDA E EVOLUÇÃO		
Ano	Objeto de conhecimento	Habilidades
1º	-Corpo Humano -Respeito à diversidade	-Localizar, nomear, representar e explicar as funções das partes do corpo; -Discutir a importância dos hábitos de higiene para o corpo; -Comparar as diferenças físicas a fim de reconhecer e respeitar a diversidade.
2º	-Seres Vivos no ambiente -Plantas	-Descrever características de plantas e animais do cotidiano; -Identificar as principais partes das plantas e sua relação com o ambiente e demais seres vivos.
3º	-Característica e desenvolvimento dos animais	-Identificar características do modo de vida dos animais, inclusive o homem. -Descrever e comunicar as alterações que ocorrem ao longo do desenvolvimento. -Comparar e organizar grupos com características externas comuns.
4º	-Cadeia alimentares simples - Microorganismos	-Analisar e construir cadeias alimentares simples e a importância do Sol na produção de alimentos; - Relacionar a participação de fungos e bactérias ao processo de decomposição e a participação de microorganismos na produção de alimentos; -A partir do conhecimento de formas de transmissão de alguns microorganismos, propor ações de prevenção de doenças a eles associadas.
5º	-Nutrição dos Organismos -Hábitos alimentares -Integração entre os sistemas digestório, respiratório e circulatório	-Selecionar argumentos que justificam a relação do sistema respiratório e digestório no processo de nutrição do organismo; -Justificar a relação do sistema digestório, distribuição de nutrientes e eliminação de resíduos produzidos; -Organizar cardápio equilibrado com base nas

		classes alimentares e necessidades individuais para a manutenção da saúde do organismo; - Discutir a ocorrência de distúrbios nutricionais entre crianças e jovens a partir da análise de seus hábitos.
--	--	--

Quadro 3 elaborado pela pesquisadora. Fonte:BNCC

É importante destacar que essa unidade traz a percepção de que o corpo humano é um todo dinâmico e articulado e, que a manutenção e o funcionamento harmonioso desse conjunto, dependem da integração entre as funções específicas desempenhadas pelos diferentes sistemas que o compõem. Ou seja, para a plena realização das funções vitais do organismo é preciso uma vida equilibrada com uma alimentação adequada e associada a prática de exercícios físicos.

CAPÍTULO II – A ESCOLA E AS PRÁTICAS ALIMENTARES

1. Histórico da Escola

A Escola Municipal Sociólogo Gilberto Freyre, foi fundada em 1977 na Capela de Nossa Senhora das Dores, localizada no Sítio dos Pintos – Bairro de Dois Irmãos, com o nome de Escola Mínima Alberto Barroso, em convênio com a Fundação Guararapes, órgão extinto da Prefeitura do Recife, e atual Escola Profissional de Areias, Recife. A escola inicialmente tinha 40 alunos matriculados, funcionando apenas com uma sala de aula. Em 1983, a professora Eurides assume a direção e, com o aumento da procura de vagas na escola, o espaço físico tornou-se pequeno para atender a comunidade. Então, o vigário da capela, Padre Raimundo Limbert, encaminhou ao Diretor Presidente da Fundação Guararapes, solicitação para a construção de uma nova escola, mostrando a necessidade da capela voltar a funcionar como local de culto e outras atividades (Projeto Político Pedagógico da Escola, 2017).

A comunidade, liderada por Marcos Justino, juntamente com o vigário, reivindicaram uma área para a construção de um prédio, onde deveria funcionar a escola. O terreno foi cedido e os encargos financeiros ficaram sob a responsabilidade da Prefeitura da Cidade do Recife. No dia 03 de Maio de 1988, a Escola foi oficialmente inaugurada pelo prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, e pela Secretária de Educação e Cultura, professora Ed la Soares.

Atualmente, a escola possui nove salas de aula, seis no primeiro andar e três no térreo; um refeitório/cantina e um laboratório de informática. Há um pequeno pátio, que é utilizado para acolhimento das turmas e para recreação. Conta ainda com dois banheiros para os escolares, sala para os professores, e secretaria. A Escola ainda não tem biblioteca, mas há esforços para que seja feita. Por enquanto,

os livros didáticos e paradidáticos ficam guardados na sala do almoxarifado.

Dos 454 estudantes que estão matriculados em 2019, 143 são do turno da manhã, 224 do turno da tarde e 87 no turno da noite. A escola atende a comunidade nos três turnos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), e Programa Travessia, que atende a crianças e adolescentes fora da faixa escolar. A instituição conta com quarenta e cinco funcionários, destes, vinte e dois professores, sendo dois readaptados; dez funcionários terceirizados: dois porteiros, quatro merendeiras e quatro dos serviços gerais; um secretário e um agente administrativo; uma gestora e uma coordenadora; uma professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) com estagiário de apoio para as atividades; e seis estagiários que acompanham escolares com deficiência.

O Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP) vigente é de 2017, e de acordo com a gestora, passará por reformulações no próximo de 2020. Atualmente, a escola não tem projetos no PPP; os professores elaboram suas aulas a partir do Diário On-line, e utilizam o livro didático como material de apoio nas atividades de classe e extraclasse.

2. Metodologia

A pesquisa configura-se como uma investigação de natureza qualitativa, que segundo Minayo (2015), traz como resultado a compreensão, trabalhando com um universo de significados, a fim de analisar a experiência num determinado contexto, considerando as relações sociais e a interação entre o pesquisador e sujeitos pesquisados como essenciais.

Para atender os objetivos da pesquisa, foi feita uma Pesquisa-Ação, que segundo Thiollent,

é um processo que deve ser realizado com estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação, ou do problema, estão envolvidos de modo

cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1986, p 20).

Desta forma, o objetivo desta pesquisa foi investigar as práticas alimentares e educativas dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, a fim de contribuir com a articulação de ações de EAN às práticas escolares.

Para isso foram realizadas, na fase da coleta de dados, observações do intervalo para a merenda no turno da manhã e da prática docente nas salas de aula do 1º ao 5º ano, além da análise dos currículos que orientam as práticas docentes, e dos marcos legais que orientam a prática de EAN nas escolas. E ainda, a fim de complementar as informações e possibilitar maior abertura às entrevistadas, foram feitas entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro (Apêndice B e C), para a merendeira e coordenadora.

Durante doze manhãs, dos meses de julho e agosto, foram feitas as observações do intervalo da merenda. Neste período de coleta de dados, foi percebido que, além do grande consumo de comidas industrializadas, o intervalo para merendar e brincar é de cinco minutos por turma. Ou seja, o tempo é insuficiente para lanchar, beber água, ir ao banheiro e brincar.

Das sete salas de aula observadas todas as professoras trabalharam a educação alimentar, como indica o Diário On-Line, no primeiro semestre do ano letivo, na disciplina de ciências da natureza, com a leitura de textos, resolução de exercícios, e estudo da pirâmide alimentar. A temática alimentação está presente apenas nas primeiras unidades dos livros didáticos adotados pela escola.

Sobre a merenda, é sabido que não é feita na escola. O cardápio, conforme o Anexo A, é elaborado por uma Nutricionista da Prefeitura do Recife, produzidas e distribuídas por uma empresa terceirizada e chega em grandes caixas que são a merenda quente: cuscuz, sopa, arroz, feijoada, etc. E em sacolas, as merendas frias: bolos, frutas e refrescos. A merenda é deixada na cozinha, e a merendeira apenas a redistribui de acordo com as quantidades e porções pré estabelecidas em cardápio.

As entrevistadas, coordenadora e auxiliar de cozinha, falaram da importância

de trabalhar com os escolares a alimentação, devido à quantidade de lanches não saudáveis trazidos para a escola. Na conversa com a auxiliar de cozinha, ela ressaltou que o desinteresse pela merenda ocorre por falta de tempo. A “merenda” que se refere, são as servidas no prato como mingau de milho, risoto, munguzá, cuscuz. Afirmou que os escolares preferem brincar a comer. E acrescentou que, é importante falar na sala de aula sobre a merenda, para que os escolares, assim como ela, que teve formação, saibam o porquê que é dada a merenda na escola e os benefícios dela para a vida deles. Acrescentou que já sabe, quais crianças vão comer a merenda, que a maioria que traz lanche dispensa. Relata serem as crianças mais pobres, que sempre comem a merenda.

A fala da coordenadora foi em defesa do ensino da EAN em sala de aula, mas decorreu grande parte de sua fala para os desafios em discutir alimentação saudável com as famílias. Afirmou que nem todos os hábitos são escolhas, mas consequência de realidades sociais ‘difíceis’, citando o exemplo de ‘crianças muito pobres’, que dependem do Bolsa Família; que sobrevivem com o mínimo e que a merenda da escola é a melhor refeição que terão no dia. Ressaltou a importância de trabalhar com a família sobre alimentação, de maneira acessível a realidade que vivem; e que os estudantes possam refletir, em sala de aula, a importância da alimentação saudável para a aprendizagem e as consequências de uma má alimentação para o organismo.

A partir das informações coletadas, foi elaborado um material audiovisual, apresentado no ANEXO V para o evento de devolutiva, ou “seminário”. Como cita Thiollent, este é o momento de reunir os membros significativos [...] para “examinar, discutir e tomar decisões acerca do processo de investigação.” (THIOLLLENT, 1986, p.31).

A devolutiva aconteceu numa manhã dedicado ao Planejamento Pedagógico, em uma quinta feira, dia 29 de agosto do corrente ano. Neste dia não houve aula para nenhuma escola da rede. Com a presença das professoras dos anos iniciais do fundamental, da coordenadora, AEE, e estagiários foi iniciada a apresentação do material audiovisual, como mostra a imagem abaixo.



(Registro da Coordenadora. 28/08/2019)

Inicialmente, foi refletido o caminho da merenda; como a merenda chega à escola, quem elabora o cardápio, e quem distribui aos escolares. Ao ver os registros do momento do merendar, os sujeitos se colocaram, refletindo a relação do tempo e da merenda. Afirmaram que o tempo por ser pouco, pode ser um dos indicadores pelo qual as crianças não comem a merenda da escola que é saudável, ao contrário do lanche que trazem. Um dos sujeitos citou essa relação do tempo como consequência pela preferência a alimentos práticos, empacotados trazidos de casa, devido o tempo que é curto para brincar e se alimentar. Utilizado o argumento de que a merenda, na maioria das vezes, é oferecida no prato e que as crianças querem brincar, o resultado é o consumo de alimentos práticos que possibilitam o brincar e o comer simultaneamente. Foi relatado que, diante dessa reflexão, se torna urgente rever a questão do tempo do merendar e, em sala de aula, falar da

importância da merenda escolar.

No segundo momento, foi apresentado o currículo dos anos iniciais e como a Rede aborda a Educação Alimentar e Nutricional na sala de aula. As professoras ficaram atentas as possibilidades, e comentaram que por não ficar explícito a EAN e por usar apenas o livro didático como apoio, a temática da alimentação não é aprofundada como deveria ser. Elencaram algumas possibilidades de trabalhar o ensino da EAN de forma articulada às demais disciplinas, com a elaboração de textos voltados à questão alimentar, pesquisas de consumo, gênero receita, produção de desenhos e feira de conhecimentos.

Após a apresentação e discussão da rotina e do currículo, foram apresentados, brevemente, os objetivos do Marco Legal para as Políticas Públicas, do PNAE e da Lei 13.666/2018 que justificam, orientam e subsidiam a prática da EAN no ambiente escolar.

Foi questionado aos presentes a seguinte problemática: “Diante do que foi visto, quais ações podemos fazer aqui na escola?”. Após a discussão e processamento das informações do material, os sujeitos foram provocados a elaborar ações para a escola no cumprimento de um ensino que se aproximasse do conceito de EAN, regulado em lei. Como resultado, foram propostas sete ações: 1) Palestras com as mães; 2) Folhetos explicativos com sugestões de alimentos saudáveis e acessíveis; 3) Diálogo com os pais no Plantão Pedagógico; 4) Dia da merenda saudável; 5) Exposição do cardápio da merenda escolar no pátio; 6) Semana da Criança, em outubro, dedicado à alimentação saudável e 7) atividades na sala de aula que, articuladas às disciplinas, tratariam da EAN.

Os encaminhamentos deste encontro foram digitados e projetados, simultaneamente, e enviados para a coordenação. O fechamento do encontro se deu com a fala esperançosa da coordenadora, que expressou o desejo em expandir essas ações aos demais turnos. Ressaltou a importância de ter, junto a Escola, estudantes universitários que possibilitam ao ensino um renovo e inspiram à novas ideias e mudanças.

Após o período estimado para implementar as ações, foram feitos retornos a instituição a fim de conversar com os sujeitos da ação devolutiva sobre como eles avaliaram as ações de EAN na escola. De acordo com Thiollent, numa Pesquisa-ação, “[...] as ações que são desencadeadas são objetos de acompanhamento e de avaliações periódicas” (THIOLLENT, 1986, p.58), que justifica o retorno à Escola, ainda como parte da pesquisa, a fim de acompanhar as ações de EAN que foram planejadas; se aconteceram com êxito, se houve alguma que não ocorreu ou se foi acrescentada alguma ação às articuladas anteriormente; se há considerações ou encaminhamentos percebidos pelos sujeitos que mereçam destaque e/ou registro.

CAPÍTULO III - O COMER COMO EXTENSÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

1. Propostas de EAN para a escola

As propostas elaboradas atentaram para articular a prática alimentar a prática educativa e que essa não se limitasse ao chão da escola, mas que possibilitasse a visibilidade da família as ações que a escola está propondo. A intenção é fomentar na comunidade escolar a reflexão sobre a questão alimentar. O resultado foi a elaboração de sete propostas de ações de EAN, como mostra o quadro a seguir.

Ação de EAN	Como	Quando
1- Palestra com as mães	Apresentar a proposta de alimentação saudável e a relação desta com o desempenho escolar. Organizado pela equipe escolar em parceria com uma Nutricionista (filha de uma das professoras).	Final do ano letivo (dezembro de 2019) e início do próximo ano letivo (fevereiro 2020).
2- Folhetos Educativos	Entrega de folhetos que explique a importância de uma alimentação saudável e das ofertas alimentares do dia a dia, como a merenda e os lanches que os estudantes trazem de casa, fazendo uma comparação.	Em outubro, na Semana da Criança. Distribuídos aos pais e fixado no quadro de informações da escola.
3- Diálogo com os pais no Plantão Pedagógico	Nestes momentos, as professoras, coordenadora e gestão vão frisar a importância de se ter uma alimentação saudável, a explicação da lei 13.666/18 e sua implantação na escola e o dia da Merenda Saudável.	Em todos os plantões pedagógicos.
4- Dia da Merenda Saudável	Neste dia, só come a merenda da escola (a que todos comem: a feijoada). Não serão permitidos lanches que não sejam saudáveis e, na sala de aula, serão trabalhados os conteúdos de forma interdisciplinar.	Dias que for servida feijoada na merenda..
5- Exposição do Cardápio no pátio	Para que seja de conhecimento de toda comunidade escolar. Caso o estudante não goste da merenda de algum dia, trazer um lanche saudável.	A partir de setembro/2019
6- Semana da Criança com dia de lanche saudável.	Na semana da Criança, em outubro, um dia será dedicado ao lanche saudável. Uma mesa com frutas a ser partilhada com as crianças.	Segunda semana de outubro/2019

7- Atividades na sala de aula que, articuladas às disciplinas, tratariam da EAN.		
--	--	--

Quadro 4 elaborado pela pesquisadora.

Na sequência, segue o folheto educativo elaborado com apoio da coordenação, entregues a comunidade escolar.


Folheto.. Propostas de ação de EAN para a Escola

Escola Municipal Sociólogo Gilberto Freyre


O QUE VOCÊ COME?

EM CASA ? NA ESCOLA?


POR QUE ESCOLHER UM ALIMENTO SAUDÁVEL?

 - Além de ajudar no combate a doenças, fortalecem nosso organismo com exatamente o que ele precisa! Sardinha, banana, laranja, cuscuz, ovos, legumes, feijão e saladinha são excelentes exemplos! Comer bem faz bem! BORA SE CUIDAR!

POR QUE EVITAR SALGADINHOS, REFRIS, RECHEADOS, FRITURAS?

 - Esses tipos de alimento por terem uma grande quantidade de açúcar, sal, corantes e conservantes prejudicam nosso organismo, causando dependência e doenças no coração e até sobrepeso! BORA EVITAR, NÉ?!

POR QUE COMER A MERENDA DA ESCOLA?

 - A merenda que chega até a escola foi elaborada por uma Nutricionista, para que a merenda fizesse bem ao nosso corpo, ajudando a gente na hora de aprender. .. Então, BORA MERENDAR!

**JÁ OLHOU A CAPA DE TRÁS DO SEU LIVRO?
MOSTRE PARA SUA FAMÍLIA!**

**ESTUDAR E COMER TEM TUDO A VER!
BOA ALIMENTAÇÃO!**

O folheto foi elaborado com a participação e sugestões da coordenadora. Foram entregues no início de setembro aos escolares. Cada professora fez leitura e discussão do conteúdo durante as aulas.

O que se destaca com a entrega dos folhetos educativos é a discussão que

os escolares trazem para a escola, para a sala de aula, essas iniciadas em casa. Muitos, relatam, segundo as professoras, que os pais comparam os hábitos e a rotina alimentar deles enquanto ainda escolares. A merenda da escola, o que comiam como lanche e nas refeições.

2. Avaliação do percurso da pesquisa

A problemática alimentar, identificada nas observações da Escola, contribuiu para a elaboração de estratégias voltadas ao conceito de EAN, graças a participação dos sujeitos no processo de pesquisa.

As observações dos hábitos alimentares, no intervalo para merenda, constataram o alto consumo de alimentos industrializados, como: refrigerantes, salgadinhos e biscoitos recheados. Em contrapartida, a merenda escolar oferecia (e oferece) refeições saudáveis e de qualidade, como: frutas frescas, cuscuz, leite, carnes, ovos, arroz, feijão, entre outros.

Analisando os marcos legais, o currículo das salas de aula, uma outra configuração foi notada: a desintegração das propostas, presente nos marcos e currículo, de Educação Alimentar e Nutricional das práticas escolares. E para que a EAN se aproximasse dessa, a inserção dos sujeitos à problemática seria fundamental.

Para isso foram feitas observações das práticas pedagógicas na escola. As observações das aulas e o acesso a coordenação escolar revelou o distanciamento de um problema que é sabido pelo corpo docente (a problemática alimentar), mas, desarticulado com as práticas pedagógicas. Ou seja, os hábitos alimentares incomodavam mas não eram problematizados na escola, nas salas de aula.

Feita a análise dos marcos legais, que orientam à prática da EAN nas escolas, e levando em consideração a rotina da merenda e o currículo da Rede para os anos iniciais, foi elaborado um material que apresentasse aos sujeitos da prática pedagógica, a problemática da alimentação na escola. A ordem da qual as ações foram elaboradas indica o que esses sujeitos priorizam no processo de educação.

As três primeiras integram escola e família, e as demais tratam de ações pontuais e a longo prazo no ambiente escolar.

Neste sentido, considerando a “palestra com as mães”, a parceria com a família é indispensável quando se almeja resultados por inteiro, nesse caso, as boas práticas alimentares. Bem como o “diálogo com os pais no plantão pedagógico”, a primeira trata de um momento destinado apenas ao diálogo da Educação Alimentar e Nutricional e a relação desta com o aprendizado. Já a segunda, trata da conversa entre as professoras e os responsáveis no plantão pedagógico, destinado a entrega das atividades e considerações sobre o comportamento e o aprendizado de cada escolar.

A entrega do material “ folheto educativo”, expressa a necessidade de ter um recurso a mais, podendo ser utilizado tanto na sala de aula quanto em casa com os familiares..

É importante destacar que, para além da elaboração de ações que se aproximam da EAN, a relação da problemática alimentar a outros fatores, como: o pouco tempo para merendar; a relação renda familiar e o marketing de consumo; a merenda escolar ser a melhor ou a única refeição do dia do escolar, e a não problematização da alimentação, e seus desdobramentos em sala de aula, foram relatadas no processo de elaboração das estratégias.

A merenda escolar, é sem dúvida, a aproximação da EAN ao ambiente escolar. Com produtos de qualidade, reorienta as práticas alimentares e induz à uma reeducação alimentar, pautada no equilíbrio e na diversidade dos alimentos. A merenda, como já fora dito anteriormente, é uma das diretrizes do PNAE assim com a EAN, e ambas devem estar articuladas.

As ações foram elaboradas com o intuito de dar sentido às práticas escolares. Ou seja, as práticas alimentares e pedagógicas associadas e contextualizadas com a merenda escolar. Essas propuseram, também, a participação da família ao processo educativos, pois, compreendem que os hábitos domésticos estão presentes na escola e vice versa.

Por tanto, a alimentação escolar é a interseção dos aspectos sociais e culturais, cruciais na formação de hábitos sejam esses alimentares ou não. Por isso, não cabe somente a escola refletir uma problemática e elaborar medidas de ação, mas à toda comunidade escolar. Para isso é preciso inserir os sujeitos aos impasses do cotidiano deles, a fim de, percebendo o contexto que estão inseridos apontem novos procedimentos.

2.1 - Contribuição dos docentes ao percurso da pesquisa

No mês de outubro, do corrente ano, foi feito um retorno à escola a fim de ter dos docentes uma avaliação da ação devolutiva, que formulou ações de EAN à prática escolar. A coordenadora e duas professoras se propuseram a avaliar.

Foi feita uma roda de conversa, orientada por três questões: A primeira, como elas avaliam as ações de EAN que foram estipuladas; a segunda, se dessas ações qual ou quais não ocorreram, e a terceira, quais expectativas têm daqui em diante.

A coordenadora afirmou que as ações propostas estimularam outras ações na escola, como a disposição de objetos, que passaram a dinamizar o intervalo para a merenda, como as cordas, elásticos, bolas, e brincadeiras desenvolvidas pela profissional AEE da escola. Relatou que o intervalo ficou mais alegre. Quanto as práticas alimentares na escola houve uma melhora no consumo de algumas merendas, que antes eram deixadas de lado. Das ações propostas, a exposição do cardápio, o quadro informativo, a distribuição dos folhetos, e o dia da merenda saudável, tendo como prato principal a feijoada, aconteceram com sucesso. Nesta última, é o momento da semana que todos comem o prato preferido (a feijoada) e os que podem, trazem uma fruta, e é proibido trazer lanche industrializado.

O cardápio da merenda mensal está exposto num quadro para que os familiares possam ter fácil acesso, bem como os escolares. Nesse quadro também são colocadas mensagens com dicas de bons hábitos alimentares e informações sobre índices de obesidade e demais problemas causados à saúde decorrentes da má alimentação, como: obesidade, gastrite, colesterol elevado, desnutrição, anemia

nutricional, entre outras. Os familiares que frequentam a escola procuram saber com a merendeira ou no quadro informativo qual a merenda do dia, demonstrando preocupação com o que será ofertado para alimentação de seus filhos, netos e sobrinhos.

A coordenadora informou que, além do quadro, todas as salas de aula contam com o cardápio da merenda e a próxima ação é a conversa com os pais, no dia da entrega do boletim da quarta unidade, prevista para dezembro do ano corrente. Será uma palestra conduzida por uma nutricionista, filha de uma das professoras, que tratará da relação da alimentação adequada ao aprendizado.

As professoras avaliaram como positivo o momento de devolutiva, e concordaram com a coordenadora, ao dizer que as propostas conduziram à outras ações e que essas, foram muito bem aceitas pelos escolares. Contaram que exploraram, de imediato, a última capa do livro didático com as dicas dos bons hábitos alimentares, que segundo elas, tinha passado despercebido durante todo esse tempo. Completam, afirmando que a família é importante na construção de bons hábitos alimentares, mas que a escola pode proporcionar aos seus estudantes uma reflexão para a vida toda.

Por fim, a coordenadora informou que a questão do intervalo, não pode ser resolvida esse ano, mas que será ponto de pauta, na reunião com professores e gestão, para o próximo ano. E que as propostas de EAN serão apresentadas aos professores dos demais turnos.

Educação Alimentar e Nutricional não se trata apenas da garantia da merenda na escola, mas de uma comunidade escolar (profissionais da educação, estudantes e familiares) entendida da importância da alimentação adequada e de sua relação com o aprendizado; trata-se de um ensino em sala de aula, que garanta a reflexão da qualidade de vida e sua relação com a alimentação; da disposição em suscitar no sujeito escolar um aprendizado que provoque o questionamento e a elaboração de estratégias para resolução de problemas, como o das práticas alimentares no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão da questão alimentar antecede as questões, como um bom cardápio e seus benefícios ao aprendizado. É imprescindível à sociedade a ciência dos seus direitos e dos riscos que a Segurança Alimentar e Nutricional sofre na atual conjuntura política, de desmonte das conquistas sociais no país. Desde o capítulo I com a apresentação da história da Educação Alimentar e Nutricional, é importante destacar o contexto social e político que estávamos e estamos inseridos para que possamos melhor refletir a questão alimentar e nutricional bem como a tomada de decisões e elaboração de políticas.

Graças a disponibilidade da escola, gestão, coordenação e professoras que foi possível trazer a discussão da questão alimentar que envolve vários aspectos, para além dos hábitos alimentares, que são a ponta, a consequência de uma estrutura social mantida e que toda conquista que garantimos até os dias de hoje é resultado da organização da sociedade e da luta pelo cumprimento dos direitos sociais e humanos.

A Educação Alimentar e Nutricional na escola, como recurso pedagógico, possibilita uma série de articulações, de dinâmicas para toda educação básica. Tratar da alimentação no espaço escolar é trazer o cotidiano para a sala de aula; é dar significado à prática pedagógica e ao aprendizado; exercendo assim, a educação como papel fundamental na articulação dos saberes e na reflexão das práticas que ocorrem na escola.

A análise da temática alimentação escolar no currículo dos anos iniciais provocou nas professoras e demais profissionais a necessidade de aprofundamento e de continuidade. A partir do encontro para devolutiva, as estratégias pedagógicas de inclusão da EAN se tornaram um importante recurso à prática pedagógica dos profissionais na escola pesquisada. Diante disso, se faz necessário acompanhar essa iniciativa, uma vez que a instituição apresenta grande potencial e interesse no aprofundamento e conservação da temática às práticas escolares.

Fazer uma abordagem pedagógica, num tema de pesquisas recorrentes da

área de saúde é desafiador construir uma linha de pesquisa que envolva uma outra grande área, que é a saúde, ao campo e a perspectiva educacional, possibilita ao debate educacional outros elementos, criando novas possibilidades ao ambiente escolar; outras formas de participação social na escola.

Embora desafiador, mesmo diante do cenário atual, como fora dito o início, o resultado é satisfatório tanto quanto o desejo de continuar com a escola, planejando e elaborando estratégias de EAN, já que esse também é o desejo da instituição.

REFERÊNCIAS

BEZERRA. José Arimatea Barros. **Alimentação e escola**: significados e implicações curriculares da merenda escolar. Revista Brasileira de Educação, Campinas,2009.

BEZERRA. José Arimatea Barros.**Educação alimentar e nutricional**: articulação de saberes/ José Arimatea Barros Bezerra. - Fortaleza: Edições UFC,2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<www.planalto.gov.br>. Acesso em 09/09/2019.

BRASIL. **Portaria Interministerial Nº 1.010**, de 08 de Maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação básica das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Disponível em:<<http://bvsms.saude.gov.br/bvs>>. Acesso em: 02/11/2019.

BRASIL. **Decreto Nº 6.286** ,de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6286.htm> Acesso em: 02/11/2019.

BRASIL. **Lei 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em; 12/11/2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar para as políticas públicas**. - Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério

da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. Brasília, DF. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2015. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>> Acesso em: 13/11/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 09/06/2019.

BRASIL. **Lei Federal 13.666**, de Maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/11/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de atividades : Promoção da Alimentação Adequada e Saudável**: Ensino Fundamental I. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 128 p. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 23/11/2019.

BRASIL. **Vigilância de Fatores de Risco e Proteção de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel)** - Ministério da Saúde. Relatório de obesidade. Disponível em: <<http://saude.gov.br/saude-de-a-z/vigitel>>. Acessado em: 31/10/2019.

BRASIL. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN**. Ministério da Saúde. Coordenação- Geral da Política de alimentação e Nutrição. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br>>. Acesso em: 12/08/2019.

CAVALCANTI. Leonardo de Almeida. **Efeitos de uma intervenção em escolares do ensino fundamental I**, para a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Tese de Mestrado, 2009, Brasília. Acesso em: 29/11/2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: _____ (Org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. p. 9 - 29.

RECIFE. **Proposta Curricular Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano**. Política de Ensino da Rede Municipal do Recife. Secretaria de Educação. Abril/2019. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br>>. Acesso em: 06/06/2019.

RECIFE. **Cardápio da merenda escolar**. Prefeitura do Recife. Disponível em :<<http://www.portaldaeducacao.recife.pe.gov.br>>. Acesso em: 06/06/2019.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1986.